

# AGENDA LEGISLATIVA

**FRENTE PARLAMENTAR  
PELO LIVRE MERCADO**

2024 | VERSÃO PARA DEBATES



## AUMENTAR A SEGURANÇA JURÍDICA E MODERNIZAR O ESTADO BRASILEIRO

Defender o direito de propriedade (física, intelectual etc)	Modernizar o arcabouço legal brasileiro para garantir segurança e transparência aos que desejam investir e/ou empreender no Brasil	Melhorar a qualidade do processo judicial, aumentando sua independência e reduzindo o favoritismos nas decisões, bem como seus custos	Modernizar a Estrutura Administrativa do Estado com fins de aumentar a entrega de valor para o cidadão
<b>PLP 210/2019</b> - Garante a devida separação patrimonial entre as sociedades empresárias de responsabilidade limitada e seus sócios	<b>PL 1878/2022</b> - Cria a Política que regulamenta a produção e o uso do hidrogênio verde para fins energéticos, disponibilizando também linhas de crédito ao setor de hidrogênio verde <b>PL 576/2021</b> - Marco legal para permissão de geração de energia a partir do vento dentro do mar, no mar brasileiro (Geração de Energia Offshore: Eólica, Maremotriz etc) <b>PLS 412/2022</b> - Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) - Mercado de Crédito de Carbono <b>PL 6897/2013</b> - Moderniza critérios e competências para embargo de obra, interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador ou trabalhadores.	<b>PL 2485/2022</b> - Autoriza de forma ampla o uso da mediação para conflitos tributários, em paralelo ao processo administrativo, ao judicial, à transação e à arbitragem. <b>PLP 124/2022</b> - Define um regime jurídico das multas tributárias, com foco na observância dos princípios constitucionais do não confisco, da capacidade contributiva e, especial e expressamente, da razoabilidade e da proporcionalidade <b>PLP 16/2022</b> - Estabelece regras para cobrança de taxas pela União, estados e municípios: o total arrecadado com a taxa não poderá exceder o custo total da atividade ou do serviço (ex: Taxas Judiciárias) <b>PL 2488/2022</b> - Nova Lei de Execuções Fiscais: Estabelece que a Fazenda Pública só poderá avançar com as ações de cobrança se, antes, tiver dado a chance de os contribuintes acertarem as suas dívidas por meio de parcelamento ou acordo (transação), oferecerem garantias antecipadas - para evitar bloqueio e penhora de bens - e apresentarem pedidos de revisão do débito.	<b>PL 4888/2019</b> - Lei de Governança da Ordenação Pública Econômica: Reforma das bases jurídicas da regulação pública econômica e de sua governança comum nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal <b>PEC 32/2020</b> - Reforma Administrativa

## REDUZIR O PESO DO ESTADO, MELHORAR SUA CAPACIDADE ALOCATIVA E DEFENDER O CONTRIBUINTE

Reduzir os gastos públicos de forma estrutural com vistas a, no curto prazo, estabilizar a dívida pública e, no médio prazo, levá-la a uma trajetória decrescente	Melhorar a eficiência alocativa dos recursos, Reduzir indexações, obrigações e vinculações ao orçamento público	Simplificar os tributos, Eliminar a cumulatividade, Garantir neutralidade fiscal e Corrigir defasagens	Defender o Contribuinte
<b>PEC 112/2019</b> - Entrega de recursos orçamentários do Poder Executivo para os demais Poderes será feita com base na receita efetivamente arrecadada no mês <b>PLP 295/2016</b> - Lei de Qualidade do Gasto Público <b>PL 4012/2021</b> - Fim do orçamento paralelo para pagar subsídios e privilégios setoriais: inclusão da CDE na LOA <b>PEC 188/2019</b> - PEC do Pacto Federativo: Reforma fiscal da União, Estados e Municípios	<b>PL 3203/2021</b> - Reduzir o patamar dos subsídios de 4,3% para 2% do PIB em um prazo de oito anos <b>PEC 187/2019</b> - Revisão dos Fundos Públicos <b>PLP 459/2017</b> - Permitir os entes federados criarem uma sociedade de propósito exclusivo (SPE), que estará autorizada a emitir títulos vinculados a direitos creditórios tributários e não tributários, inclusive inscritos em dívida ativa.	<b>PEC 7/2020, PEC 45/2019, PEC 46/2019, PEC 110/2019</b> - Reforma Tributária sobre o Consumo (PIS/PASEP, COFINS, IPI, ISS e ICMS) <b>PL 2337/2021</b> - Reforma do Imposto de Renda	<b>PLP 17/2022</b> - Código de Defesa do Contribuinte <b>PL 4728/2020</b> - Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) <b>PLP 145/2021</b> - Institui o Sistema Eletrônico de Apuração Fiscal (SEAF) como formato oficial de apuração <b>PL 2519/2022</b> - Atualizar, pelo IPCA, o limite legal, defasado desde 2013, para apuração no regime do lucro presumido, de R\$ 78 milhões para R\$ 130 milhões

## AMPLIAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E DIGITAL

Modernizar a legislação de concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e contratações públicas	Ampliar e diversificar infraestrutura básica: água, luz e moradia, com vistas a reduzir seus custos, bem como mitigar riscos de desabastecimento	Ampliar e atualizar a infraestrutura digital, com vistas a facilitar a obtenção de telefone internet de qualidade	Ampliar e diversificar a matriz logística nacional, com vistas a reduzir seus custos e aumentar sua competitividade
<b>PL 7063/2017</b> - Reduz o valor mínimo para a celebração de contratos de parcerias público-privadas (PPP) para Estados e Municípios <b>PL 5518/2020</b> - Confere maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais	<b>PL 513/2020</b> - Incentiva negócios de recuperação energética a partir de fontes alternativas: resíduos sólidos urbanos (RSUs), onde a reciclagem se demonstre técnica ou economicamente inviável	<b>PL 6191/2019</b> - Desburocratiza e reduz entraves ao processo de instalação de antenas <b>PLP 77/2022</b> - Veda o contingenciamento de recursos do Fust destinados para projetos aprovados no âmbito de seu Conselho Gestor <b>PL 4997/2019</b> - Aumentam as penas de furto, roubo e receptação de fios e equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica e internet	<b>PDL 494/2020</b> - Permite que empresas de fretamento de ônibus possam atuar no transporte rodoviário interestadual de passageiros sem a limitação do circuito fechado, ou seja, sem a exigência de transportar um mesmo grupo de pessoas em datas predefinidas em trajetos de ida e volta. <b>PL 4392/2020</b> - Modifica regras aplicáveis à prestação do serviço de praticagem, conferindo a Antaq a competência para exercer a regulação econômica, bem como permite que empresa de navegação contrate o prático de sua preferência

## AUMENTAR A LIBERDADE PARA INVESTIR E FAZER NEGÓCIOS

Combater as reservas de mercado e os privilégios setoriais	Proteger a livre iniciativa	Desburocratizar o dia a dia do Empreendedor através da redução do n° de procedimentos, licenças, prazos e custo de operar no Brasil	Aprimorar a resolução de insolvências no país, aumentando a taxa de valores recuperados pelos credores em caso de reorganização, liquidação ou execução da dívida
<b>PL 591/2021</b> - Autoriza que os serviços postais possam ser explorados pela iniciativa privada <b>PL 148/2020</b> - Permite que pessoas físicas prestem serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros em regime de fretamento mediante autorização do Poder Executivo <b>PL 3178/2019</b> - Revoga o direito de preferência para a Petrobrás nas licitações no regime de partilha de produção e garante ao Conselho Nacional de Política Energética, assessorado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a decisão sobre qual é o melhor regime jurídico de exploração e produção de petróleo e gás natural a ser adotado nos leilões do pré-sal	<b>PL 4783/2020</b> - Código de Defesa do Empreendedor <b>PL 1366/2022</b> - Exclui a silvicultura da lista de atividades de médio potencial poluidor da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente <b>PL 4696/2019</b> - Estabelece como regra a dupla vista para expedição de autos de infração, ou seja, determina que um estabelecimento só poderá ser multado após a segunda visita dos fiscais do trabalho, tendo a primeira visita caráter de orientação e alerta em relação às irregularidades ali encontradas, independentemente de a empresa possuir mais de 10 empregados ou não.	<b>PLP 2/2022</b> - Marco Legal das Startups 2.0: Permite a dedução de IRPF e IRPJ de valores aportados a título de patrocínio; permite entes públicos investirem em startups; Altera o estatuto das MPE, Lei do Bem etc. <b>PL 3729/2004</b> - Nova Lei do Licenciamento Ambiental, que simplifica os procedimentos para concessão de licenças e determina prazos máximos para manifestações conclusivas <b>PL 5379/2019</b> - Prevê às micro e pequenas empresas: processo de registro e legalização único, linear e integrado nas três esferas de governo (União, estados e municípios), presunção de baixo grau de risco, início de operação imediato após a obtenção do N° CNPJ etc. <b>PL 1594/2020</b> - Cria sistema eletrônico que possibilita a constituição, alteração, transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e extinção de registro de empresários e de pessoas jurídicas <b>PLP 178/2021</b> - Simplifica as Obrigações Tributárias Acessórias, criando Nota Fiscal Brasileira Única, Declarações Fiscais Assistidas etc. <b>PL 7082/2017</b> - Moderniza e regula o procedimento administrativo para realização de pesquisas clínicas com seres humanos em todo o País, com potencial de reduzir em 50% o tempo de aprovação de ensaios clínicos	<b>PLP 33/2020</b> - Institui a renegociação especial judicial e extrajudicial, a liquidação especial sumária e adequações na falência das MPE (Marco Legal do Reempreendedorismo)

## AUMENTAR A LIBERDADE PARA EMPREGAR

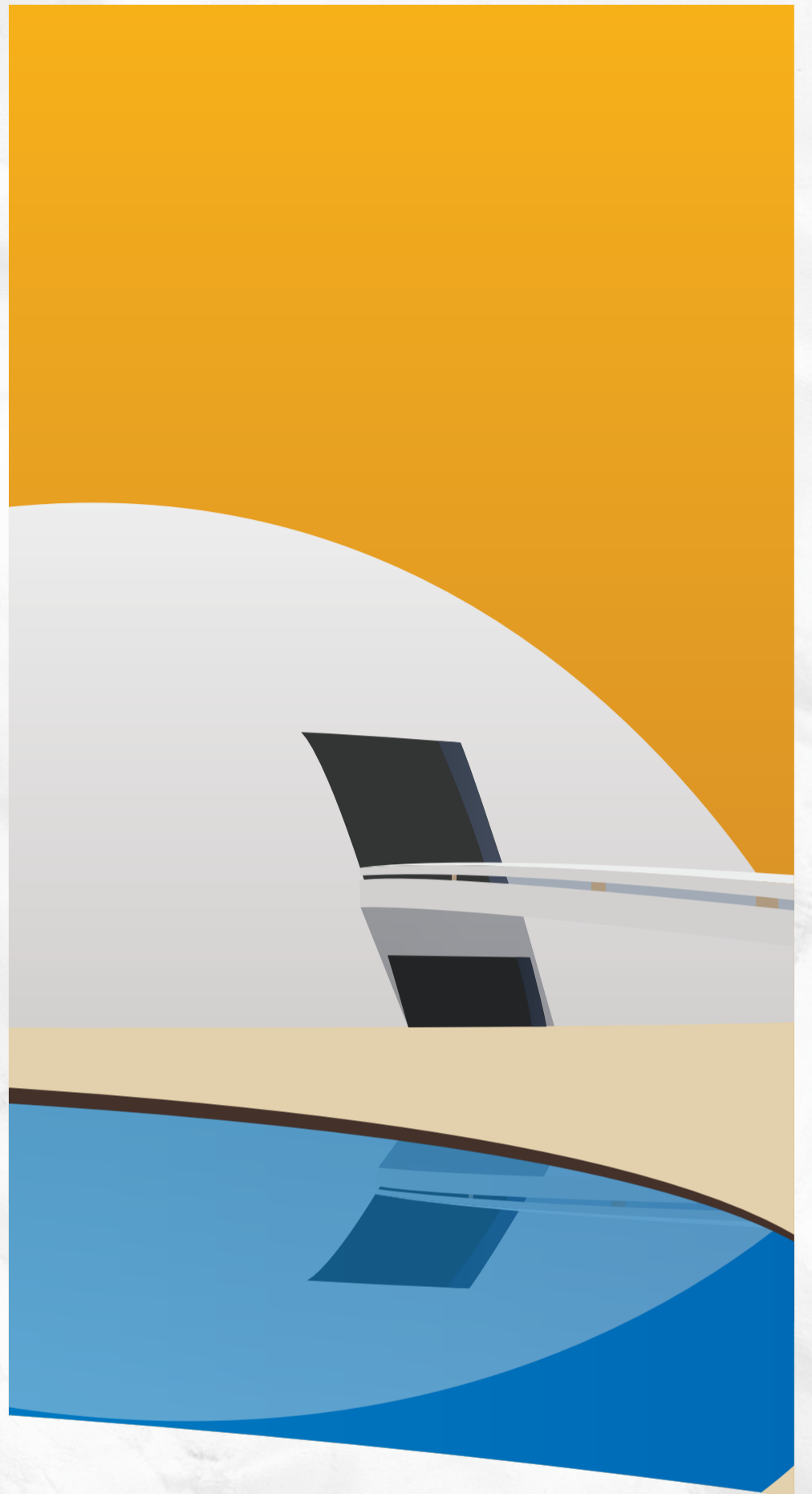
Modernizar as relações de trabalho, facilitando a contratação e a demissão de trabalhadores	Simplificar as relações de trabalho, especialmente no que tange a rigidez de escopo, horários, necessidades de avisos prévios etc	Reduzir o número de indenizações obrigatórias, multas etc	Combater o favoritismo das judicializações contra o Empregador Brasileiro
<b>PLP 229/2019</b> - Permite quaisquer atividades econômicas possam ser registradas por microempreendedor individual (MEI), com exceção das atividades cujo grau de risco seja alto <b>PLP 108/2021</b> - Aumenta limite de faturamento do MEI para R\$ 130 mil e o autoriza a contratar até dois empregados <b>PL 6461/2019</b> - Novo marco legal para trabalho de jovens aprendizes nas empresas <b>PL 1843/2022</b> - Aumenta a duração dos contratos de estágio que passam a poder ser estendidos até o fim do curso	<b>PL 5670/2019</b> - Admite-se, na CLT, contrato individual de trabalho tanto por especificidade ou predominância de função como por multifuncionalidade <b>PL 6102/2019</b> - Autoriza o trabalho aos domingos e feriados, devendo o repouso semanal remunerado coincidir com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de quatro semanas. O trabalho aos domingos e feriados será remunerado em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga compensatória. <b>PL 5626/2020</b> - Estabelece que a hora noturna tenha 60 minutos (não a redução ficta de 52,5 minutos) e dispõe que o adicional da hora noturna passe a ser de 25% sobre a hora noturna trabalhada <b>PL 1231/2015</b> - Facilitação do cumprimento da cota de pessoas com deficiência: prevê nos casos de descumprimento da cota, por razões alheias à vontade do empregador, a compensação com o oferecimento de bolsas ou doações para instituições de ensino <b>PL 417/2023</b> - Altera lei trabalhista para flexibilizar jornada considerada insalubre pela CLT	<b>PL 2234/2019</b> - Cria o Simples Trabalhistas para Micro e Pequenas Empresas, aumentando prazos, facilitando o pagamento de multas etc <b>PL 1363/2021</b> - Desonerar os empregadores do pagamento da contribuição da aposentadoria especial quando a adoção de medidas coletivas ou individuais neutralizarem ou reduzirem o grau de exposição do trabalhador a níveis legais de tolerância <b>PL 3801/2019</b> - Moderniza a legislação da expatriação de trabalhadores, adequando-a à prática mundial nas relações de trabalho e à nova realidade da mobilidade global de pessoas <b>PL 4004/2020</b> - Revoga o dispositivo da legislação que considera como acidente de trabalho aquele ocorrido no percurso de ida e volta da residência para o local de serviço	<b>PL 819/2019</b> - Estimula a desjudicialização das relações de trabalho ao aprimorar a Lei das Terceirizações


## AUMENTAR A LIBERDADE DE INTEGRAR COM O MUNDO E A LIBERDADE DE CONSUMO


Superar óbices que atrasam a homologação de acordos comerciais com outros países, ou blocos econômicos	Reduzir barreiras tarifárias (impostos, tarifas de importação e taxas diversas)	Reduzir barreiras não tarifárias para o comércio internacional (restrições de quantidade, técnicas, legais etc)	Proteger o Direito de Escolha do Consumidor
<b>PDL 164/2022</b> - MERCOSUL: Agilizar e simplificar procedimentos associados às operações de importação, exportação e trânsito de bens entre os países integrantes do bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) <b>PDL 928/2021</b> - MERCOSUL: Permite compras governamentais com tratamento igualitário entre empresas nacionais e estrangeiras e fim de barreiras para participação de empresas estrangeiras em licitações e concessões	<b>PL 3498/2023</b> - Aumenta o valor de mínimos na importação de USD 50,00 para USD 100,00, reduz a alíquota do imposto de importação de 60% para 20% e aumenta o valor máximo das remessas expressas de USD 3.000,00 para USD 5.000,00	<b>PL 237/2020</b> - Permite a importação de veículos automotores para fins terrestres, novos ou usados, independentemente de autorização prévia e do ano de fabricação	<b>PL 414/2021</b> - Amplia o acesso ao mercado livre de energia elétrica para todos os consumidores brasileiros, inclusive os de baixa tensão (residenciais)

## AUMENTAR A LIBERDADE FINANCEIRA


Reduzir o grau de influência do Estado na alocação de crédito e sua participação em bancos e outras empresas financeiras	Diversificar as formas de obtenção de crédito	Fortalecer o Mercado de Capitais	Modernizar as Infraestruturas do Mercado Financeiro
<b>PL 2995/2020</b> - Permite que outras instituições financeiras, além da Caixa Econômica Federal, possam atuar como agente operador do FGTS	<b>PL 2646/2020</b> - Cria Debêntures de Infraestrutura para financiar projetos de longo prazo <b>PL 4188/2021</b> - Marco Legal das Garantias <b>PL 2250/2023</b> - Permite utilizar como garantia Recursos Previdenciários, Títulos de capitalização etc.	<b>PL 2925/2023</b> - Proteção a Investidores Minoritários no Mercado de Capitais	<b>PL 2926/2023</b> - Infraestrutura do Mercado Financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro



 @institutolivremercado  
@fplivremercado

 +55 (61) 99817-5721

 contato@livremercado.org.br

 Condomínio Íon - SGAN Q 601  
BL H Sala 68 a 83 - Asa Norte,  
Brasília - DF